

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA

**ASPECTOS CONTÁBEIS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS
ENTIDADES EDUCACIONAIS SEM FINS LUCRATIVOS**

ACADÊMICO: FÁBIO LUIZ MARIAN PEDRO
MATRÍCULA: 9520315-0

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2000

FÁBIO LUIZ MARIAN PEDRO

**ASPECTOS CONTÁBEIS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS
ENTIDADES EDUCACIONAIS SEM FINS LUCRATIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Maria Denize Henrique Casagrande, M.Sc.

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2000

ASPECTOS CONTÁBEIS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS ENTIDADES EDUCACIONAIS SEM FINS LUCRATIVOS

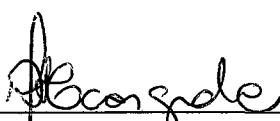
Autor: FÁBIO LUIZ MARIAN PEDRO

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 6,5... atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada.

Florianópolis, 03 de agosto de 2000.


Prof.^a MARIA DENIZE HENRIQUE CASAGRANDE, M.Sc.
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Prof.^a MARIA DENIZE HENRIQUE CASAGRANDE, M.Sc.
PRESIDENTE


Prof. MARCOS LAFFIN, M.S
MEMBRO


Prof. SÍLVIO LEMHKUL MEYER
MEMBRO

AGRADECIMENTOS

*“Dessa vida não se leva nada”
Autor desconhecido*

Esta frase é muito falada em nosso convívio, as coisas materiais ficam e nós vamos, porém, a lembrança da nossa existência na terra, nós deveríamos levar, pois todos os nossos atos e nossas obras só poderiam ser concretizados com ajuda do próximo, sejam eles, pais, irmãos, parentes, amigos e, até mesmo, os inimigos e seria muito agradável essas lembranças.

Gostaria de agradecer a todos que, de alguma maneira, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

A meus pais, em especial à minha mãe, que sempre compreenderam os meus problemas e preocupações e me deram autonomia nas minhas decisões.

À minha noiva, pela paciência que teve para me aguardar nos finais de semana de estudo, isolado dentro de um quarto.

Ao Sr. Luiz Jacinto Ramos, que nos momentos mais difíceis, me orientou a caminhar no rumo certo.

À minha orientadora Maria Denize Henrique Casagrande, a paciência de ter me orientado na execução deste trabalho.

Também aos colegas Ilto, Samuel e Evandro pelo companheirismo de todos esses anos de luta para nossa formação, especialmente ao Evandro que no último semestre, me deu uma força para seguir esse meu trabalho.

RESUMO

Este trabalho consiste numa análise das demonstrações contábeis de uma instituição educacional sem fins lucrativos, no que toca ao aspecto de não costumar a mesma depreciar seu ativo imobilizado tangível e as conseqüências desse fato.

Realizou-se um levantamento do seu imobilizado e calculou-se as respectivas depreciações gerando um novo valor do resultado líquido do exercício.

Foi feito um ajuste no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício de 1996 da Escola Exemplo para demonstrar a variação de resultados provocado pela não apropriação das despesas de depreciação numa empresa em determinado período e quanto se torna equivocada a tomada de decisão do usuário da informação contábil, nessa situação.

Além desses aspectos, também se comenta as premissas da profissão contábil em relação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Assunto	09
1.2 Tema	10
1.3 Problema	10
1.4 Objetivos	10
1.4.1 Objetivo Geral	10
1.4.2 Objetivos Específicos	10
1.5 Justificativa	11
1.6 Metodologia	12
2 ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	14
2.1 Considerações	14
2.2 Entidades Educacionais Sem Fins Lucrativos	16
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE	20
3.1 Considerações	20
3.1.1 Princípios Fundamentais de Contabilidade	22

3.1.1.1 O Princípio da Entidade	22
3.1.1.2 O Princípio da Continuidade	23
3.1.1.3 O Princípio da Oportunidade	24
3.1.1.4 O Princípio do Registro Pelo Valor Original	26
3.1.1.5 O Princípio da Atualização Monetária	27
3.1.1.6 O Princípio da Competência	28
3.1.1.7 O Princípio da Prudência	31
3.1.2 Normas Brasileiras de Contabilidade	32
3.1.2.1 Usuários das Informações Contábeis	32
3.1.2.2 Uniformização	34
3.1.2.3 Consistência	35
3.1.2.4 Características da Informação Contábil	36
3.1.2.4.1 Confiabilidade	37
3.1.2.4.2 Tempestividade	37
3.1.2.4.3 Compreensibilidade	38
3.1.2.4.4 Comparabilidade	38
3.1.2.5 Normas Específicas para Entidades Sem fins Lucrativos	39
4. ASPECTOS DA DEPRECIAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO COLÉGIO EXEMPLO.....	41
4.1 Definição	41
4.2 Depreciação	42
4.2.1 Métodos de Depreciação	43
4.3 Vantagens e Desvantagens da apropriação da depreciação em uma entidade educacional sem fins lucrativos de liquidez	52
5. CONCLUSÃO	54

1 INTRODUÇÃO

1.1 Assunto

A educação superior nos EUA deve muito à filantropia norte-americana. Os colonos pensavam nessas instituições como sendo essenciais ao processo de se levar a civilização e o cristianismo a uma terra selvagem. Com essa idéia, eles faziam doações às universidades para que estas pudessem se manter, proporcionando assim, a seus filhos, uma educação permanente e de qualidade. Essa espontaneidade dos colonos era chamada de filantropia. (LANDIM; 1993).

Essas instituições criaram corpo e se espalharam pelo mundo e estão mais caracterizadas aqui no Brasil pelas escolas confessionais.

Em virtude da grande quantidade de instituições educacionais confessionais existentes, a Constituição Brasileira registra esse tipo de atividade e seu corpo e lhes dá imunidade fiscal em todas as esferas do governo conforme previsto no item c, do inciso VI do Art. 150.

Observadas algumas dessas instituições educacionais sem fins lucrativos, escolhemos para objeto deste trabalho o Colégio Exemplo, empresa real, mas com nome fictício, por ser uma instituição situada em Florianópolis, religiosa, com 95 anos de existência, muito tradicional na cidade, e por notarmos, nessa instituição, a falta de depreciação do ativo imobilizado tangível. Desse modo, as demonstrações financeiras dessa entidade não espelham sua verdadeira posição econômico-financeira.

1.2 Tema

Diante do exposto, esta monografia terá como tema o aspecto contábil em entidades educacionais sem fins lucrativos, ocasionado pela falta de depreciação do ativo imobilizado tangível.

1.3 Problema

A apropriação da depreciação do ativo imobilizado tangível cria vantagens/desvantagens para uma entidade educacional sem fins lucrativos?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Identificar as vantagens/desvantagens na apropriação da depreciação do ativo imobilizado, na contabilidade de uma instituição de educação sem fins lucrativos.

1.4.2 Objetivos específicos

- Caracterizar instituições sem fins lucrativos;
- Apresentar os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- Apresentar o resultado da apropriação da depreciação nas demonstrações contábeis do Colégio Exemplo;
- Apresentar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício considerando a depreciação dos bens tangíveis do ativo imobilizado do Colégio Exemplo.

1.5 Justificativa

A partir da Segunda Grande Guerra e, principalmente, nos anos 70/80, o Brasil vem passando por grandes transformações no mundo dos negócios, resultando naquilo que tem sido chamado de economia globalizada. Nessa nova característica da economia, os clientes tornaram-se mais exigentes, procurando produtos e serviços de alta qualidade e preços baixos. Com esse novo cenário, o enfoque sobre os custos passou a exercer uma importância fundamental para as empresas, que passaram a preocupar-se, principalmente, com a reversão dos custos e corte dos supérfluos, não para ter um aumento nos lucros, mas para que se possam tornar cada vez mais competitivas.

Nesse mercado globalizado é preciso estar atento às novas estratégias para não se tornar uma empresa atrasada, devendo estar pronto para agir com rapidez e segurança.

Muitas empresas surgem e, com isso, cada vez mais aumenta a exigência por serviços e produtos de melhor qualidade. As novidades do mercado fazem com que os produtos e serviços tenham, a cada ano, que passar por um processo de melhoramento da qualidade, do atendimento e do preço. Para isso, a empresa tem que saber qual a estratégia a adotar, para ultrapassar essas barreiras e tomar consciência da importância de se realizar os procedimentos contábeis de forma que estejam de acordo com as leis e princípios fundamentais de contabilidade. É de suma importância que todos os fatos contábeis sejam registrados de forma íntegra e correta, para que as demonstrações possam configurar, de maneira real, a posição econômica e financeira da empresa. Para que isso ocorra, todos os controles de uma empresa têm de estar operando de forma eficaz, registrando os fatos de forma correta.

As empresas que querem se manter no mercado precisam, além de qualidade, também, ter bom preço. No caso, o Colégio Exemplo, que trabalha no ramo da educação, deve ter uma estratégia de mercado bem elaborada para obter um número de alunos o mais perto possível da capacidade plena da escola, levando em conta que as escolas possuem um período de sazonalidade, ou seja, suas matrículas ocorrem 90% no mês de dezembro.

Um dos pontos principais para se obter o maior número de alunos, é o preço da mensalidade, porém a fórmula para se chegar ao preço ideal da mensalidade requer um estudo dos custos, obtido através de uma planilha de apuração de despesas, o qual apresenta a depreciação como item de custos a ser rateado.

Como o Colégio Exemplo não vem depreciando seu ativo imobilizado tangível, fica este item prejudicado. O resultado do Colégio Exemplo estará sendo demonstrado de forma não condizente com a realidade, afetando os relatórios e as demonstrações contábeis, que são de suma importância numa análise gerencial, prejudicando continuidade da empresa, tendo em vista que, o valor da depreciação da empresa não tem a função de diminuir o resultado, e sim, de mostrar qual o valor que o bem perdeu naquele período, devendo, este valor, ser uma referência da provável reposição do ativo futuramente.

1.6 Metodologia

Nossa visão é limitada, ou seja, não conhecemos tudo. Sempre estamos aprendendo algo novo nos diversos campos do conhecimento. Nosso principal conhecimento é na área onde mais atuamos. Contudo, por mais que estudemos, cada vez mais precisamos nos aperfeiçoar, reciclar, para tomarmos ciência das novas técnicas da profissão contábil.

Temos ao nosso dispor o conhecimento empírico e o conhecimento científico. O primeiro é o tipo de conhecimento emanado da própria pessoa, do senso comum, sem qualquer tipo de pesquisa. Segundo LAKATOS E MARCONI (1990; 77) “... organização particular das experiências próprias do sujeito cognoscente, e não uma sistematização das idéias, na procura de uma formulação geral que explique os fenômenos observados ...”. O segundo é o conhecimento que provém da pesquisa, onde se atingem as causas, através da análise, da explicação. LAKATOS E MARCONI (1990; 79) dizem que “... se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de idéias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da verificabilidade, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas, não pertencem ao âmbito da ciência.”

Na procura do conhecimento, nos deparamos com problemas e só tomamos ciência da realidade dos fatos através de uma pesquisa. Assim como coloca ANDER-EGG, apud LAKATOS E MARCONI (1990; 154): “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.”

No contexto das entidades educacionais sem fins lucrativos, preferimos restringir esta pesquisa às vantagens e desvantagens, para o Colégio Exemplo, pela não depreciação do

seu imobilizado, pois são dados relevantes, no contexto econômico da empresa. O fato de focalizar esta instituição, não significa que todas as empresas deste tipo tenham problemas de falta de depreciação do seu imobilizado. Por isso, tem-se a necessidade de se adotar uma pesquisa bibliográfica, com intuito de se verificar quais as vantagens e desvantagens da não depreciação do ativo imobilizado tangível nessa empresa. Como define GEWANDSZNAJDER (1989; 3), “Um método pode ser definido como uma série de regras para tentar resolver um problema.”

No campo da pesquisa, podemos restringir a um tema e aprofundá-lo ou dar uma dimensão mais ampla. Através dessa pesquisa bibliográfica, levantamos as matérias já publicadas sobre o assunto e coletamos dados do Colégio Exemplo para elaboração desta monografia. Sendo pertinente a colocação de LAKATOS e MARCONI (1990; 66):

“Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas...”

LAKATOS E MARCONI (1990; 227) definem monografia como sendo “um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo, e que obedece à rigorosa metodologia.”

Nesta monografia adotar-se-á, uma pesquisa bibliográfica, de acordo com a metodologia aqui discorrida, e ilustrada com dados coletados no Colégio Exemplo, fazendo uma análise econômico - financeira de uma empresa que não deprecia seu ativo imobilizado tangível e apresentação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 1996 e a Demonstração do Resultado do Exercício em 1996 do Colégio Exemplo, apropriadas as depreciações do ativo imobilizado tangível da empresa.

2. ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

2.1 Considerações

As entidades sem fins lucrativos não são empresas comerciais nem públicas, elas possuem características jurídicas próprias; seu setor não é o comércio nem o Estado. O meio onde estão inseridas é o chamado “Terceiro Setor”. Foi traduzido do inglês (“Third Sector”) e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos. No Brasil, começa a ser usado com naturalidade por alguns círculos ainda restritos. (FERNANDES, 2000)

Terceiro Setor é uma esfera composta de organizações não governamentais, sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, filantropia e expandindo o seu sentido para outros domínios. (RAMOS; 1999)

As entidades sem fins lucrativos surgiram com a finalidade de ocuparem espaços não devidamente assistidos pelo setor público, ou seja, assistência social, saúde, educação, esporte, geração de renda e trabalho, que são áreas típicas de atuação governamental, e que constituem, igualmente, objetos de atuação das organizações sem fins lucrativos.

Não há serviço público que não possa, em alguma medida, ser trabalhado pelas iniciativas particulares. A filantropia vem criando cada vez mais corpo e abrindo o campo dos interesses coletivos, como a saúde, educação etc.

Até certo tempo, eram as instituições religiosas que preenchiam os espaços deixados pelo Estado, onde recebiam para si a tarefa de transformar os apoios recebidos em serviços. Hoje em dia, esse chamamento envolve também as iniciativas particulares,

formando organizações que trabalham em busca de um interesse coletivo, como o GREENPEACE, GAPA, entre outros.

Segundo COSTA (1992; 9), "... uma entidade ou sociedade sem fins lucrativos é composta de empresas ou pessoas bastante motivadas em busca de soluções para a coletividade da qual fazem parte." Por isso que, em uma entidade sem fins lucrativos, o lucro representa um doente curado, uma criança que aprende, uma cultura difundida e toda uma vida transformada.

Hoje se tem uma difusão muito grande em relação às Organizações Não Governamentais, são organizações comprometidas por causas sociais, conforme MENEGASSO, que coloca: "... são organizações comprometidas com a sociedade civil, movimentos sociais e transformação social, ..., diferenciam-se das associações por estarem raramente voltadas para seus próprios membros". ONG's, como são chamadas, é uma palavra que veio a ser utilizada aqui no Brasil nos anos 80, para caracterizar determinados tipos de entidades a serviço dos grupos e movimentos populares, que, de modo quase invisível, haviam começado a atuar nas bases da sociedade. Vemos esses grupos geralmente ligados à defesa dos direitos humanos, da saúde, do meio ambiente, ou seja, às questões de sobrevivência humana.

O Estado começa a reconhecer que as ONG's acumularam capital de recursos, experiências e conhecimentos sobre formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais, que as qualificam como interlocutoras e parceiras das políticas governamentais. RAMOS (1999; 31 e 32) salienta:

"Destacou a maneira das organizações da sociedade civil obterem recursos: não apenas com doações voluntárias, mas também por meio de parcerias, possibilitando às empresas privadas e públicas a contratação dos serviços de entidades não lucrativas.

A ação das ONG's, como auxílio à organização comunitária e à execução de projetos, é a motriz do terceiro princípio: o de interação entre a sociedade e o Estado."

Até mesmo o setor privado, antes distante, para não dizer indiferente às questões de interesse público, começa a se conscientizar da responsabilidade social e passa a ver nas organizações sem fins lucrativos canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial na área social, ambiental, educacional e cultural. As empresas passam a se

preocupar tanto com os produtos que fabricam, quanto com a qualidade de vida de seus colaboradores e com a poluição ambiental que podem estar causando. A partir de então, o conceito de Terceiro Setor começa a se ampliar para além do círculo das ONG's, valorizando outros serviços, como a filantropia empresarial, as associações beneficentes e recreativas, as iniciativas das igrejas e o trabalho voluntário.

2.2 Entidades Educacionais Sem Fins Lucrativos

As entidades educacionais sem fins lucrativos estão inseridas dentro do terceiro setor como organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade e são caracterizadas pelo execução de serviços sociais (MENEGASSO). No caso do Colégio Exemplo, é uma instituição religiosa de ensino fundamental e médio.

Para serem consideradas filantrópicas, essas empresas precisam obter o certificado de entidade de fins filantrópicos que é concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão do governo responsável pela regulamentação de tais entidades. Para obtenção ou renovação desse certificado precisam atender as exigências do CNAS, que é demonstrar, nos três anos imediatamente anteriores ao requerimento, cumulativamente, segundo o Decreto n.º 2.536, de 6 de abril de 1998:

1. estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento;
2. estar previamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
3. estar previamente registrada no CNAS;
4. constar em seus ESTATUTOS dispositivos determinando que a entidade:
 - a. aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
 - b. aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;
 - c. não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma;

- d. não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
 - e. destina, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidade congênere registrada no CNAS ou a entidade pública;
 - f. não constitui patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social;
 - g. presta serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com Plano de Trabalho aprovado pelo CNAS.
5. aplica anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas.

Tais exigências devem ser de natureza da instituição. As entidades com essas atribuições, ainda devem apresentar, ao CNAS, para pleitear o certificado de entidade de fins filantrópicos, as seguintes documentações, que serão analisadas e julgadas em conformidade com o Decreto n.º 752, de 16 de fevereiro de 1993:

1. I – requerimento/formulário fornecido pelo CNAS, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade, que deverá rubricar todas as folhas;
2. II – cópia autenticada do estatuto registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na forma de lei, com identificação do Cartório em todas as folhas e transcrição dos dados de registro no próprio documento ou em certidão;
3. III – cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

4. IV – declaração de que a entidade está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias e no qual conste a relação nominal, dados de identificação e endereço dos membros da Diretoria da entidade, conforme modelo fornecido pelo CNAS. Assinado pelo dirigente da Instituição;
5. V – relatórios das atividades dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade, comprovando estar desenvolvendo plenamente seus objetivos estatutários;
6. VI – balanços patrimoniais dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade, comprovando estar desenvolvendo plenamente seus objetivos estatutários;
7. VII – demonstrativos do resultado dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
8. VIII – demonstração de mutação do patrimônio dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
9. IX - demonstração das origens e aplicações de recursos dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
10. X – notas explicativas, evidenciando o resumo das principais práticas contábeis e os critérios de apuração o total das receitas, das despesas, da gratuidade, tipo de clientela beneficiada com atendimento gratuito, bolsa de estudos, das doações, das subvenções e das aplicações de recursos, bem como da mensuração dos gastos e despesas relacionadas com a atividade assistencial;
11. XI – plano de trabalho de assistência social;
12. XII – comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
13. XIII – demonstrativo de serviços prestados dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

3.1 Considerações

Princípio, como o próprio nome já diz, é a premissa básica para o início prático de toda ciência. Os princípios fundamentais de contabilidade vieram normatizar os procedimentos visando o tratamento uniforme das práticas contábeis.

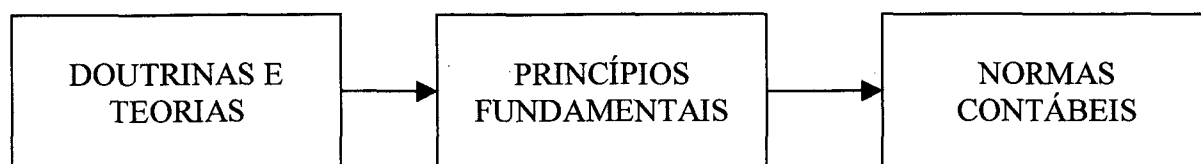
Antes da década de 80, a ciência contábil vinha buscando uma forma para uniformização dos procedimentos contábeis no meio profissional. Seu intuito era de fazer com que os profissionais pudessem buscar a uniformização dos procedimentos em algo mais palpável, vigente no Brasil.

As normas relativas aos princípios fundamentais de contabilidade foram instituídas pela Resolução CFC, N° 530, de 23 de outubro de 1981, que estabelecia, em seu art. 1º: “São aprovadas as anexas normas brasileiras de contabilidade, referentes aos princípios fundamentais de contabilidade para elaboração das Demonstrações Contábeis – NORMA NBC-T-1”. Em 1993, vendo a necessidade de atualização, em virtude do desenvolvimento da Ciência Contábil, vêm, através da Resolução CFC, N° 750/93, aprovar os novos princípios fundamentais de contabilidade, revogando a Resolução CFC, N° 530, de 1981. Através desta nova Resolução, ficam claros, completos e distintos os princípios.

Tendo em vista a obrigatoriedade à observância dos princípios fundamentais de contabilidade, no exercício da profissão contábil, é de fundamental importância que sejam adotados esses princípios, independentemente de qualquer situação jurídica de uma entidade, sendo estes constitutivos da condição de legitimidade das normas brasileiras de contabilidade (NBC).

Conforme Art. 2º da Resolução CFC, Nº 750/93, reza: “Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País.”

Tais princípios são muito bem representados no organograma de A. Lopes de Sá:



(Fonte: SÁ, 1995; 17)

O esquema nos mostra que os princípios têm origem nas doutrinas e teorias da contabilidade e vão dar suporte às Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Lei 6.404/76, muitas vezes, coloca em segundo plano os princípios fundamentais de contabilidade com relação a certos procedimentos a serem adotados, por exemplo, na apuração de custo das mercadorias para revenda, onde a legislação impõe as empresas com fins lucrativos, adotar o custo médio, que fere o Princípio do Registro Pelo Valor Original, tornando-se, assim, um agente externo que influencia a prática contábil. Isto está evidenciado no Art. 177, da Lei 6.404/76, que diz:

“A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de Competência.”

O artigo acima deixa claro que os procedimentos contábeis a serem adotados seguem primeiramente as premissas legais e, então, os princípios fundamentais de contabilidade, deixando evidente sua influência na contabilidade das empresas.

No caso do Colégio Exemplo, esta não executa depreciação do imobilizado tangível pela não obrigatoriedade por parte do fisco, sem se importar com o aspecto econômico que pode provocar nas demonstrações contábeis. O Colégio Exemplo não recebe nenhuma subvenção específica, sua característica principal é o recebimento de mensalidades, pois é uma instituição de ensino fundamental e médio.

ANDRADE (1991; 316) coloca:

“Talvez porque tais entidades não possuam critérios de contabilização determinados pelas autoridade fiscais, estas não adotam critérios semelhantes entre si e, em sua maioria, não adotam de forma adequada os Princípios de Contabilidade de maneira a produzir informações relevantes para seu tipo de entidade.”

Vale lembrar que a contabilidade das entidades educacionais sem fins lucrativos possui certas particularidades quanto a destinação do resultado operacional. Independente da obrigação fiscal ou não, é imprescindível a adoção de procedimentos contábeis normativos nestas empresas, para que essa destinação seja equivocada. Temos que atentar para princípios fundamentais de contabilidade que norteiam os procedimentos contábeis, devendo o Contados procurar segui-los, evitando que fatores externos influenciem seu trabalho.

3.1.1 Princípios Fundamentais de Contabilidade

A entidade educacional sem fins lucrativos, ou seja, o Colégio Exemplo, sendo dessa característica, deve elaborar as demonstrações contábeis, considerando sua finalidade existencial, porém, não se desviando dos princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade, elencados, a seguir, conforme Art. 3º da Resolução CFC, Nº 750, de 29 dezembro de 1993. São princípios fundamentais de contabilidade:

I – o da ENTIDADE;
 II – o da CONTINUIDADE;
 III – o da OPORTUNIDADE;
 IV – o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL
 V – o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;
 VI – o da COMPETÊNCIA e
 VII – o da PRUDÊNCIA.”

3.1.1.1 O Princípio da Entidade, que de acordo com o art. 4º da Resolução 750/93, dispõe:

“Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um

conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo Único. O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.”

Este princípio deixa bem claro o Patrimônio como objeto de estudo e pertencente a uma entidade, não devendo ser confundido com o dos seus sócios ou proprietários, e nem eles confundirem o Patrimônio da empresa como sendo deles.

As entidades educacionais sem fins lucrativos, que têm como objetivo a educação e se classificam como organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, não mudam em nada suas características com relação ao Princípio da Entidade, continuando a reconhecer como seu objeto de estudo o Patrimônio.

A contabilidade deve seguir as normas brasileiras de contabilidade, sem qualquer diferenciação quanto ao ramo de atividade da empresa, qualquer tipo de imunidade ou isenção que ela tenha direito, pois estamos falando dos princípios que regem o exercício da profissão contábil. Por isso, qualquer procedimento, que estiver em desacordo com os princípios fundamentais de contabilidade, incorrerá em erros profissionais.

3.1.1.2 O Princípio da Continuidade, constante no art. 5º da Resolução 750/93, nos diz que:

“A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.”

Apesar de as Instituições sem fins lucrativos trabalharem em um serviço social, e esse serviço terem por finalidade a erradicação de um problema social, sua vida é indefinida, pois os problemas sociais da humanidade nunca foram totalmente resolvidos e tão pouco se tem uma previsão.

As instituições educacionais sem fins lucrativos podem um dia deixar de existir, não pela erradicação do analfabetismo, mas por sua finalidade não lucrativa, que vem de normas jurídicas que as caracterizam. Há uma corrente muito grande para extinção das imunidades às instituições de ensino, (art. 150, VI, “c” da Constituição Federal). Talvez isto não provoque a descontinuidade dessas instituições, apesar de abalar sua situação econômico-financeira, provocando mudanças no valor econômico de seus ativos e passivos.

Fatos externos não decidem a continuidade dessas entidades. Esses fatos farão com que haja uma mudança de metas traçadas anteriormente; serão regidas por outra vida jurídica, pois sua característica jurídica não farão mais sentido às características filantrópicas, passando a integrar o ramo das instituições de ensino com fins lucrativos.

A queda do nível da atividade da empresa provoca um certo abalo estrutural na empresa, afetando o valor dos ativos e também o seu resultado. No Colégio Exemplo, a queda do nível de atividade ocorre pela evasão de alunos do colégio e, com isso, a receita diminui e, conseqüentemente, seu resultado também. As causas deste fato podem ser inúmeras: preço elevado, incompatibilidade de metodologia de ensino, falta de horário etc. Porém, a queda da receita não deve ser fator exclusivo do julgamento da continuidade ou não da empresa; sua análise ficaria muito restrita, pois são vários elementos determinantes da continuidade de uma empresa.

3.1.1.3 O Princípio da Oportunidade, de acordo com o art. 6º da Resolução 750/93, assinala:

“Refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Parágrafo Único. Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.”

Os registros das variações patrimoniais de uma entidade devem ser efetuados num período de tempo mínimo possível, a fim de poder gerar informações que possam dar condições ao usuário para tomada de decisões acerca dos fatos e com a certeza plena da existência da ocorrência.

O Colégio Exemplo sofre com a falta de depreciação do imobilizado tangível. A integridade dos fatos sempre foi observada, porém, a tempestividade em certos procedimentos, nunca. A depreciação dos imobilizados jamais foi feita. Além de ferir este princípio, provoca uma diferença muito grande em seu resultado, tendo em vista o valor do seu imobilizado.

A análise das demonstrações contábeis do Colégio Exemplo, no tocante aos custos de depreciação e perda de valor dos itens do ativo imobilizado, se torna precária, em virtude da falta de depreciação do imobilizado tangível, pois seu resultado se mostraria diferente daquele, se houvessem sido apropriados seus custos de depreciação.

Os meios tecnológicos de hoje nos obrigam a registrar os fatos contábeis com tempestividade e integridade, e os sistemas de computadores facilitam os controles internos de uma empresa, estes, responsáveis por diversos lançamentos contábeis. Exemplo disto é a depreciação do imobilizado de uma empresa que, geralmente, é controlado por sistemas de controles internos, paralelos aos da contabilidade e que dão suporte aos lançamentos contábeis desse fato. O imediato registro dos fatos contábeis no momento da sua ocorrência faz jus a tempestividade. A integridade é fator principal no exercício da profissão contábil, os fatos contábeis devem ser registrados de acordo com sua natureza sem erros ou omissões.

Toda essa tecnologia evita omissões de fatos contábeis, informações muito relevantes ao processo decisório da empresa.

Conforme Sá (1995; 92), temos:

“A preocupação com a integridade é muito antiga no regimes contábeis; Colbert, ao tempo de Luiz XIV, da França, no Século XVII, em suas ordenanças já determinava que nada fosse

omitido, inclusive fatos que ainda não havia alterado o patrimônio, mas que poderiam ter futura influência sobre o mesmo (avais, fianças, contratos onerosos, etc.)”

Constatamos que havia uma preocupação com a totalidade e integridade dos fatos contábeis, e até mesmo com os fatos iminentes. Essa idéia nos lembra a reserva para contingências, instrumento usado para se resguardar de algum evento que, por ventura, venha a acontecer. No caso do Colégio Exemplo, o fato de um novo colégio se instalar na cidade cria uma expectativa da diminuição do número de alunos na escola, em virtude da transferência de alunos para esta nova escola, podendo, o Colégio Exemplo, se resguardar com esse procedimento contábil.

3.1.1.4 O Princípio do Registro Pelo Valor Original, de acordo com o art. 7º da Resolução 750/93, prescreve:

“Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidas na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

Parágrafo Único. Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos o da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.”

Os valores dos componentes patrimoniais devem permanecer os mesmos, sendo sua atualização mero adendo ao valor original. Esse princípio é interessante no que diz respeito ao mercado de capitais, pois uniformiza todo o processo de avaliação dos componentes patrimoniais, permitindo a comparabilidade das demonstrações contábeis, formando informações comparáveis. (Res. 774/94)

No Colégio Exemplo não se observa nenhum fato que contrarie este princípio. O registro dos fatos contábeis à luz deste princípio é obrigatória, pois a não observância, em certos fatos contábeis, pode levar o profissional contábil a uma situação delicada.

Este princípio é bem auto-explicativo, não dando opções para fugir dele: o valor original do bem é aquele da ocorrência do fato contábil. Assim como diz SÁ (1995; 118): “Valor original é, pois, uma referência de realidade que toma por base a constituição, ou seja, a representação de ocorrência no momento em que um fato patrimonial acontece.”

Suponhamos que certos procedimentos, que contrariam o princípio, sejam executados. Por exemplo, a apuração do preço de venda pelo custo médio. Isto é uma irregularidade ao princípio em questão, porém, sua conduta é legalmente obrigatória e inevitável às empresas com finalidades lucrativas, pois o fisco determina a apuração do custo por este método. Em tempos de inflação, onde as mercadorias aumentam rapidamente, este método eleva os seus custos, afetando o resultado da empresa.

3.1.1.5 O Princípio da Atualização Monetária, constante no art. 8º da Resolução 750/93, nos diz que:

“Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.
Parágrafo Único. São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos de poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º) é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por conseqüência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.”

No Brasil, desde 1995, não se permite, pelo fisco, a correção monetária do balanço, pois vivemos num país considerado de economia estável, e sem índices de inflação que provoquem mutações patrimoniais, ganhos ou perdas inflacionárias. Apesar disso, o Brasil já teve seus dias de inflação galopante, onde a cada mês a inflação dava saltos, aumentando muito os índices. O Patrimônio da entidade sofria muito com a inflação, seus valores rapidamente perdiam suas expressões, dificultando avaliação justa.

No Colégio Exemplo, não se pode afirmar que não se fazia correção monetária do balanço, pois na época estudada já havia sido suspensa a correção monetária no balanço das empresas. Porém, vale comentar que a falta de correção monetária provoca uma defasagem muito grande nos valores do patrimônio. Apesar de quase não termos inflação, sabe-se que há uma perda no poder aquisitivo na economia, e isto não está acontecendo naturalmente, existe algum fator provocando isto, que pode ser: o aumento do preço dos produtos, aumento do preço dos combustíveis, dentre outros, que influenciam no produto final ao consumidor.

O princípio da atualização monetária veio a ter a função de refletir, nos componentes patrimoniais e nas suas mutações, o resultado da atualização monetária, dado o índice de inflação configurado no país, fazendo com que as demonstrações contábeis das entidades não se tornassem desatualizadas monetariamente.

3.1.1.6 O Princípio da Competência, de acordo com o art. 9º, coloca que:

“As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º O Princípio da competência determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração. § 3º As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.”

Este princípio talvez seja o mais discutido no meio profissional, pois contempla as variações patrimoniais e sua natureza, ou seja, os fatos contábeis que modificam a natureza dos componentes patrimoniais, não alterando o Patrimônio Líquido, que são os qualitativos, e os que alteram o Patrimônio Líquido, que são os quantitativos.

O Princípio da Competência se torna indispensável em virtude de mexer com receitas e despesas e modificar o resultado de uma entidade, sendo peça fundamental para uma justa apuração do resultado de uma empresa.

O Princípio da Competência e o da Oportunidade são os dois que mais se correlacionam entre si, pois reconhecendo suas despesas no momento em que ocorrem, estará adotando o princípio da competência e, automaticamente, o da oportunidade, e a recíproca é verdadeira. Essa reciprocidade não ocorrerá, por exemplo, quando se adquirir um bem, que, no caso, não incidirá em custos ou despesas, e não caberá aí o princípio da competência, só havendo reconhecimento de despesas na depreciação desse bem. Confirmando esta afirmação, a NBC T 10.19.2.1 aprovada pela Resolução CFC Nº. 877, de 18 de abril de 2000, diz: “As receitas e despesas devem ser reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios fundamentais de contabilidade, em especial os princípios da oportunidade e da competência.”

A não utilização deste princípio nas demonstrações contábeis pode ocasionar interpretações equivocadas pelos usuários das informações, no que diz respeito ao resultado do exercício. A utilização de métodos alternativos de apuração do resultado, por exemplo, o regime de caixa, não reflete o resultado de forma tão pura quanto este, influenciando muito na análise comparativa com outra empresa.

ANDRADE (1991; 317), observa:

“... 1) o regime de competência deve ser adotado por todas as entidades sem fins lucrativo; 2) nas situações em que se justifique, algumas adaptações a esse princípio podem ser feitas; e 3) em nenhuma hipótese o regime de caixa melhor demonstraria o resultado das operações de um dado período.”

No Colégio Exemplo, o princípio da competência é adotado para as receitas, pois, como instituição de educação, possui alunos e, por conseqüência, mensalidades previstas para cada um deles. Diferente de uma instituição que tem como renda algum tipo de subvenção ou doação espontânea, que não possui nenhuma garantia de realização, forçando-os a reconhecimento da receita no momento da sua realização. Fator este que pode afetar até a continuidade da empresa, pois as receitas podem, de repente, parar de se concretizar, enquanto as despesas, em muitos casos, não cessam, podendo provocar a falência, e conseqüentemente, a descontinuidade da instituição.

Já para as despesas, o regime de apuração é o de caixa. Esse regime confunde-nos muito na hora da apuração dos custos reais do período, tendo um resultado não condizente com o realmente ocorrido, trazendo aos usuários das informações contábeis certa incomparabilidade e desconfiança dos dados. Um dos problemas constatados na contabilidade das entidades sem fins lucrativos, com relação à apropriação das despesas pelo regime caixa, só para se ter um exemplo, ocorre no último mês do exercício, onde temos uma despesa com salários muito grande, em virtude do pagamento do 13º salário, que não é apropriado mês a mês, de acordo com a competência e, sim, tudo no final do ano, no momento de efetuar o pagamento. Assim também, as despesas de dezembro do ano corrente, que só são registradas no ano seguinte.

Como o desenvolvimento da tecnologia tem colaborado para que as informações possam ser geradas de forma rápida, confiável e segura, não se admite mais que o profissional da contabilidade seja um processador dos fatos contábeis de uma empresa. O profissional da

contabilidade precisa desenvolver um sistema que automatize o processo contábil, a fim de apurar receitas, custos e despesas de forma rápida, fazendo com que sua função seja de análise e conclusões, dentro da empresa. Essa é a função principal do Contador moderno, o Contador Gerencial.

3.1.1.7 O Princípio da Prudência, de acordo com o art. 6º da Resolução 750/93, assevera:

“O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor, para os componentes do ativo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observando o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.”

Este princípio tem seu valor nas questões de estimativas, onde há situações igualmente válidas, onde se estimará valores mais altos para passivos e mais baixos para ativos, a fim de não se ter nenhuma surpresa em fatos diversos, fator importantíssimo para o bom gerenciamento de uma entidade.

O princípio da prudência tem muito a ver com as instituições educacionais sem fins lucrativos pois existem eminentes riscos de perda da imunidade. Então, todo e qualquer investimento e também a própria estimativa do preço dos serviços precisam ser bastante ponderados, a fim de não se ter nenhuma surpresa quanto às mudanças do quadro econômico.

Uma vez dado o preço do serviço, nesse ramo de atividade, e se ocorrer a perda da imunidade, é muito complicado fazer um reajuste no preço das mensalidades. Tratando-se da educação infantil, além das leis normais, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que também influencia na tomada de decisões.

3.1.2 Normas Brasileiras de Contabilidade

As normas brasileiras de contabilidade possuem objetivos bem definidos na sua estrutura. A normatização dos procedimentos vem tornar a contabilidade das entidades uma realidade uniforme e consistente, fazendo com que o usuário, gestores da instituição, não tema qualquer aspecto, ou seja, confiabilidade, compreensibilidade, das informações contidas nas demonstrações contábeis, confiando plenamente nelas e tomando as decisões de forma segura.

O Colégio Exemplo, com toda sua estrutura sente muito com a falta de depreciação do imobilizado tangível. Não só ela, mas todos os usuários que da informação precisem, sejam eles gestores, não têm dados confiáveis para uma análise profunda da sua situação econômica.

A depreciação do imobilizado tangível no Colégio Exemplo é imprescindível em virtude da necessidade de uma coerente análise das demonstrações contábeis e, acima de tudo, a existência de normas brasileiras de contabilidade, fundamentadas nos princípios fundamentais de contabilidade, premissa ética do exercício da profissão contábil.

3.1.2.1 Usuários das Informações Contábeis

FRANCO, apud ANDRADE (1991; 311), escreveu:

“As Demonstrações Contábeis são, pois, o principal veículo de transmissão da informação contábil, motivo pelo qual elas devem ser elaboradas segundo os princípios e normas contábeis geralmente aceitos no meio econômico em que vivem os usuários dessas demonstrações.”

O usuário das informações contábeis nem sempre é um conhecedor desta ciência, por isso, a necessidade fundamental da uniformização dos procedimentos contábeis, principalmente no tocante aos princípios fundamentais de contabilidade, para que o usuário possa, até mesmo, comparar as informações de uma entidade com outra.

Não é função do Contador ensinar ao usuário da informação contábil o porquê de o caixa ser devedor, cabe a ele, sim, fazer com que o usuário entenda as informações contidas nas demonstrações e delas extraia dados que subsidiem suas decisões.

IUDÍCIBUS, apud ANDRADE (1991; 311) descreve o processo de comunicação da seguinte maneira:

“Este processo de comunicação implica o reconhecimento dos tipos de informação necessária para cada tipo principal de usuário da informação contábil e a avaliação da habilidade dos usuários em interpretar as informações adequadamente.”

Talvez seja complicada a comparação entre entidades com finalidades diferentes, em virtude de particularidades das suas atividades específicas. Às vezes, até mesmo, se torna complexa uma comparação entre empresas da mesma atividade, em virtude de nuances, nem sempre evidenciadas nas notas explicativas, percebidas, muitas vezes, somente por um profissional da Contabilidade, mesmo na utilização correta dos princípios fundamentais de contabilidade, estes funcionando como uniformizador dos procedimentos contábeis, gerando dados confiáveis e passíveis de comparação para análise e tomada de decisão do usuário da informação contábil.

“A informação contábil deve ser, em geral e antes de tudo, veraz e equitativa, de forma a satisfazer as necessidades comuns a um grande número de diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente nenhum deles, considerado o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes.” (Resolução CFC, Nº 785/95, NBC T1).

Quando analisamos uma demonstração contábil, sempre partimos do princípio de que as informações contidas nela são verdadeiras, por isso que a veracidade é um ponto crucial na tomada de decisões. Se olhamos as grandes quebras de empresas, dos bancos, principalmente, percebemos que isto ocorre em virtude da fuga muito grande dos investidores, em virtude de indícios de falência da instituição. Todas estas informações, porém, não surgem do nada. Tem sua origem nas informações contidas nas demonstrações contábeis, geradoras de informações. Por isso é pertinente a colocação do IBRACON, apud FIPECAFI (1994; 43):

“Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.”

Segundo ANDRADE (1991; 310), "...a ausência de estudos sobre a contabilidade de entidades sem fins lucrativos pode estar gerando informações gerenciais que não subsidiem os usuários dessas informações nas suas tomadas de decisões."

Talvez não tanto a falta de estudos sobre este tipo de contabilidade, mas a própria imunidade aos tributos faça com que não haja interesse nos efeitos econômicos desses procedimentos não adotados. Se analisarmos a contabilidade de uma entidade sem fins lucrativos, veremos que a parte contábil pouco se diferencia de uma entidade com fins lucrativos, porém, é muito interessante as entidades sem fins lucrativos fazerem uma contabilidade gerencial, pois elas não possuem nenhum impeditivo legal para isto, sem, obviamente, se esquecer dos princípios fundamentais de contabilidade.

O que pode haver de diferente nesta entidade em relação às demais instituições sem fins lucrativos é a captação da receita, muitas vezes originária de subvenções, por isso seu método de contabilização é característico, pois geralmente esses recursos são recebidos para serem utilizados com determinadas finalidades, então, surge a figura da contabilidade por fundos. Fora esse tipo característico de contabilidade por fundos, todos os outros são iguais aos das demais empresas, isto é, o critério de depreciação do imobilizado e o regime de apuração dos custos.

3.1.2.2 Uniformização

A falta de depreciação do imobilizado tangível em algumas instituições sem fins lucrativos é notório, porém as normas e os procedimentos contábeis são únicos para todas as entidades. Com a preocupação de uniformidade de procedimentos, levamos em consideração a afirmação crítica de HENDRIKSEN, apud ANDRADE (1991, 310):

"...o objetivo da uniformidade freqüentemente implica na apresentação de demonstrações contábeis por diferentes empresas, utilizando os mesmos procedimentos contábeis, conceitos de avaliação, classificação e métodos de divulgação, como também, demonstrações com modelo básico similar."

HENDRIKSEN, apud ANDRADE critica a uniformidade como um meio de o usuário das informações contábeis ter demonstrações contábeis de empresas diferentes e poder fazer uma avaliação de forma homogênea, sem ressalvas em qualquer ponto.

As empresas possuem um ramo de negócio que as diferenciam umas das outras, fazendo com que as demonstrações contábeis tenham aspectos diferentes no que diz respeito às atividades fins das empresas. Neste ponto, a análise de alguns aspectos se torna mais específica. Generalizando, temos dois grupos de negócios: as atividades produtivas e as atividades de serviço. Dois ramos de negócios que se diferenciam um do outro. O Colégio Exemplo é do ramo do serviço, mais especificamente, educacional, por isso, possui certos aspectos diferentes de um comércio ou indústria e, mais ainda porque é uma instituição sem fins lucrativos.

O usuário da informação contábil, seja ele conhecedor da ciência contábil ou até mesmo leigo, não pode ter em suas mãos demonstrações contábeis desprovidas de procedimentos normativos. São esses que uniformizam a prática contábil com o intuito de que seus usuários possam usufruir das informações e, com elas, tomarem decisões que os beneficiem.

A uniformidade dos procedimentos é fundamentalmente importante, porque esta é a premissa básica para a comparabilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis.

Se saímos da finalidade das empresas, onde pode haver algum aspecto contábil especial ou procedimento específico àquele ramo, passamos a tratar todas uniformemente, pois suas naturezas contábeis e seus procedimentos não específicos são idênticas, tanto em empresas de serviços quanto industriais ou comerciais, ou seja, as taxas de depreciação do imobilizado serão as mesmas, o critério de apuração das despesas também.

Esses procedimentos dão ao usuário ferramentas para análise da situação da empresa e compreensão do estado em que se encontra, sobre todos os aspectos: grau de endividamento, liquidez, vários tipos de desempenho (econômico, financeiro) e, conseqüentemente, suporte para qualquer tipo de decisão.

3.1.2.3 Consistência

A consistência dos procedimentos é inevitável nas demonstrações contábeis, pois é fundamental para a comparabilidade dos resultados de uma empresa. As demonstrações

contábeis sempre são divulgadas em duas colunas: ano anterior e ano corrente, por isso, a comparabilidade se dará se houver consistência nos procedimentos contábeis.

Devemos atentar que procedimentos contábeis podem ser mudados em certos momentos, porém, há mecanismos esclarecedores que fazem com que esta mudança não torne o fato um problema. Por exemplo, uma instituição educacional, que só tenha aulas durante o dia, e seu imobilizado mais expressivo seja de móveis, isto é, mesas e cadeiras de aula. Se num dado momento esta escola passe a funcionar no período noturno, haverá um desgaste maior nas suas mesas e cadeiras, e, então, propiciará ao contador a alternativa da adoção de uma taxa de depreciação acelerada. Essas mudanças de critério ou algo parecido não podem deixar de ser executadas, porém, precisam ser evidenciadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, a fim de dar ciência ao usuário da informação contábil.

A comparabilidade é fator principal para que o usuário possa tomar decisões acerca dos seus investimentos. Porém as informações contidas nos balanços devem ter seus métodos de apuração modificados, sempre que se mostre uma evolução qualitativa da informação contábil, independentemente do reflexo que ocasionará na decisão do usuário dessas informações, conforme a Resolução CFC, Nº 785, NBC T1, item 1.7.2, Parágrafo Único: “A manutenção da comparabilidade não deverá constituir elemento impeditivo da evolução qualitativa da informação contábil.”

3.1.2.4 Características da informação contábil (NBC T1)

As informações contábeis devem possuir atributos que as constituam dentro do contexto normativo. Em virtude das resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, órgão regrador das Normas Brasileiras de Contabilidade, as características da informação contábil possuem uniformidade.

O Colégio Exemplo, em virtude de certos procedimentos adotados e também da falta de outros, tornava as informações contábeis mero elemento formal dentro das demonstrações contábeis, sem qualquer valor decisório. Muitos dos valores contidos nessas demonstrações estavam rigorosamente certos, porém, a omissão ou a não uniformização de outros procedimentos, tornavam as demonstrações contábeis *inconfiáveis*.

As características da informação contábil devem possuir atributos que a tornem veraz e eqüitativa. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis apresentarão informações que não privilegiarão um ou outro, e, sim, toda uma coletividade. Esses atributos estão apontados pelo CFC, na Resolução N° 785, NBC T1, onde lê-se: a confiabilidade, a tempestividade, a compreensibilidade e a comparabilidade.

3.1.2.4.1 Confiabilidade

Todos os negócios giram em torno da informação. Se alguém publica que os negócios de uma empresa não vão bem, e se estamos falando de uma S.A., vai haver queda na cotação de suas ações na bolsa, gerando, assim, fuga de investidores nessa empresa. Como surgiu essa informação não vem ao caso, o importante é que essa afirmação tenha base fidedigna, que não seja uma mera especulação.

A veracidade da informação requer dela sua característica íntegra dentro do contexto em que está inserida, sem erros e elaborada de modo a proporcionar ao usuário da informação contábil plena certeza das suas conclusões e decisões.

As informações devem ter todas as formalidades de uma boa contabilidade, não fugindo dos princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade, gerando demonstrações que possam subsidiar qualquer usuário e fazendo valer ao profissional o uso de sua habilitação.

3.1.2.4.2 Tempestividade

O usuário da informação contábil, que toma suas decisões com base nas demonstrações contábeis, precisa delas em tempo hábil, para tomada de decisões. Se analisarmos o período em que as demonstrações contábeis das entidades são divulgadas, essa periodicidade faz com que os usuários possam se programar, e qualquer alteração que ocorrer na publicação das informações, terá de ser especialmente justificada, a tempo.

3.1.2.4.3 Compreensibilidade

Nem sempre o usuário das demonstrações contábeis possui conhecimento técnico para avaliar as informações contidas nos relatórios, porém isso não será impeditivo para que se divulguem as informações contábeis. Essas informações precisam passar por um ordenamento, buscando clareza, objetividade e estética dos relatórios, a fim de proporcionar um ambiente agradável para análise das informações, sem haver tendências de privilégios a terceiros ou algo parecido. Todo esse ambiente pode ser alcançado através de recursos gráficos e técnicas de exposição.

Contudo, a característica “compreensibilidade” presume que o usuário tenha um certo conhecimento contábil e dos negócios e atividades da empresa, de tal maneira que possa, em tempo e com profundidade necessária, entender as informações colocadas à sua disposição. Para isso, não será admitido o uso de linguagem estrangeira nas demonstrações e informações, salvo em casos de não possuir respectiva tradução em língua nacional. (Resolução CFC, nº 785)

3.1.2.4.4 Comparabilidade

Até agora estamos falando da uniformidade das informações contábeis, sobre todos os aspectos, pressupondo que este é fator primordial ao seu bom entendimento.

Este atributo é um dos principais, pois se as informações não possuem confiabilidade, então se pressupõe que não são tempestivas, não estão em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, portanto, impossíveis de comparabilidade. Por isso, esse atributo é fator preponderante ao usuário da informação contábil, para iniciar qualquer análise numa demonstração contábil.

Essa característica pode ser causa de mudança de investimentos dos usuários que dela se subsidiam. Se comparada com empresas do mesmo setor, pode causar no usuário investimentos em empresa diferente ou, se comparada com empresas de setores diferentes, pode gerar no usuário a ansiedade de mudança de ramo de negócio.

Não devemos nos preocupar com a forma e, sim, com a essência do fato contábil, pois a comparabilidade não será barreira para a mudança de critério contábil dentro de uma instituição.

3.1.2.5 Normas Contábeis Específicas em Entidades Sem Finalidades de Lucros

O Conselho Federal de Contabilidade, dentre os vários temas abordados e estudados, também ditou normas para as entidades sem fins lucrativos, a NBC T 10.19. Esta norma técnica vem esclarecer alguns fatores pertinentes aos procedimentos e demonstrações contábeis neste tipo de instituição. Assim pontua:

“10.19.1.1 - Esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidades de lucros.”

A NBC T 10.19 faz menção das especificidades da contabilidade em instituições sem fins lucrativos, muitas delas comentadas anteriormente, como a contabilidade por fundos, que não é o caso do Colégio Exemplo, a nomenclatura de certas contas contábeis, alguns esclarecimentos sobre as notas explicativas e a não distribuição de dividendos.

O patrimônio líquido destas instituições possui algumas nomenclaturas pertinentes, que são: a conta capital social é substituída pela conta patrimônio social, e a conta lucros ou prejuízos acumulados é substituída pela conta superávit ou déficit do exercício.

O resultado destas entidades é chamado superávit ou déficit do exercício, não cabendo, em caso de superávit, a distribuição de dividendos. A assembléia dos associados geralmente decide transferir todo o superávit ou déficit do exercício para a conta patrimônio social. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais são contabilizadas diretamente na conta patrimônio social.

Desde o início deste trabalho vimos comentando a necessidade de todas as empresas seguirem os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade e nos deparamos com a norma específica, chegando à conclusão de que ela nos diz tudo aquilo que vínhamos buscando, ou seja, que, independente da situação jurídica das

entidades sem fins lucrativos, os registros dos componentes e das variações patrimoniais destas instituições devem ser feitos à luz dos princípios fundamentais de contabilidade.

Conferindo as demonstrações contábeis do Colégio Exemplo, constatamos esses itens comentados de forma clara, tanto na estrutura como nos procedimentos contábeis. Ela reverte todo seu superávit ou déficit para conta patrimônio social, sendo o saldo da conta superávit ou déficit do exercício sempre igual ao da demonstração do resultado do exercício.

O único problema do Colégio Exemplo é a falta de depreciação do ativo imobilizado tangível, afetando, assim, uma análise econômico-financeira desta empresa.

4. ASPECTOS DA DEPRECIÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO COLÉGIO EXEMPLO

4.1 Definição

As instituições educacionais sem fins lucrativos possuem demonstrações contábeis que não se diferenciam das demais empresas, e nem poderiam deixar de sê-lo. As diferenças estão na nomenclatura das contas que formam as demonstrações contábeis deste tipo de entidade, ou seja, onde se lê a conta duplicatas a receber ou clientes, nas empresas comerciais, nas instituições educacionais tem-se a conta mensalidades a receber, o que, na sua natureza, não muda em nada. ANDERSEN e FIPECAFI (1994; 94) esclarecem:

“2.137 Desejavelmente, e naquilo que for aplicável, as demonstrações financeiras de entidades sem fins lucrativos devem ser elaboradas e publicadas dentro dos mesmos critérios usados por entidade com fins lucrativos.”

O diferencial nas demonstrações contábeis destas entidades está no grupo de despesas, onde se tem o grupo Filantropia e Gratuitades, que é uma conta onde são descarregados todos os gastos com filantropia, dentro da empresa. São eles: bolsa de estudos integrais e parciais, doações a terceiros e a instituições carentes.

Outro detalhe muito interessante nas entidades sem fins lucrativos é que, estas instituições não possuem distribuição de dividendos, não há constituição de reservas no patrimônio líquido. O superávit ou déficit, no resultado da empresa, é revertido, em sua totalidade, para o patrimônio social. E esse superávit deverá ser aplicado na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Numa análise profunda das demonstrações contábeis das instituições educacionais sem fins lucrativos, a título de estrutura, não vemos diferenças que possam impedir a análise comparativa com outras instituições com fins lucrativos. O único detalhe em que o usuário se deve deter é no fato de que o caráter filantrópico da instituição lhe dá a imunidade de impostos em todas as esferas do governo, porém, todos esses benefícios são revertidos em filantropia, conta contábil já citada.

O grande problema do Colégio Exemplo é a falta de depreciação do ativo imobilizado tangível, procedimento não aplicado nesta instituição, comprometendo a análise das demonstrações contábeis.

Veremos, a seguir, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício do Colégio Exemplo no ano de 1996 (conforme anexo). Esses dados nos dão evidências claras da distorção do resultado da Colégio Exemplo, em virtude da falta da depreciação do imobilizado tangível.

4.2 Depreciação

É a diminuição do valor dos componentes do ativo imobilizado, pelo seu uso, perda de utilidade, obsolescência ou ação da natureza. Esses fatores determinam o período de vida útil do bem, para se fazer o cálculo do valor anual da depreciação. (IUDICIBUS; 1995)

O conceito de depreciação presume, portanto, a perda da utilidade do bem imobilizado por seu uso, desgaste, ação da natureza ou mesmo superação tecnológica (obsoletismo).

A legislação fiscal admite o uso de uma tabela de percentuais de depreciação determinados por eles, para depreciação do imobilizado da empresa. Esta tabela permite às empresas usarem percentuais não maiores que estes, para uso do imobilizado de 8 horas diárias. Confira-se a tabela:

	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Edifícios	4%	25

Máquinas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Móveis e Utensílios	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Sistema de Processamento Dados	25%	4

(Fonte: Receita Federal)

A legislação fiscal ainda permite o uso de taxa superior determinada, em que casos que houver laudo do Instituto Nacional de Tecnologia ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica.

A legislação fiscal possui uma tabela de coeficientes para adoção de taxas de depreciação maiores, para casos em que o imobilizado seja usado em períodos superiores a 8 horas diárias, é a chamada “Depreciação Acelerada”. Veja-se a tabela de coeficientes:

	Coeficiente
Um turno de 8 horas	1,0
Dois turnos de 8 horas	1,5
Três turnos de 8 horas	2,0

(Fonte: Manual; 313)

4.2.1 Métodos de Depreciação

Existem vários métodos de depreciação que podem ser usados na determinação dos custos de uma empresa: Método das Quotas Constantes, Método da Soma dos Dígitos dos Anos, Método de Unidades Produzidas e Métodos das Horas de Trabalho. Porém, salvo o método linear, esses métodos só poderão ser usados gerencialmente, por obrigação do fisco.

a) Método das Quotas Constantes

Este método se caracteriza pela sua simplicidade e usualidade na depreciação do imobilizado; é usado na maioria das empresas. Legalmente, este é o único método permitido pelo fisco para apuração dos custos. (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE; 1995)

As características do método das quotas constantes o tornam, em certos bens, irreal, pois há casos em que a rapidez de obsolescência de um bem, em virtude do avanço tecnológico, torna inviável à empresa esse método de depreciação. Exemplo claro disso são os equipamentos de computação, onde o fisco permite sua depreciação em quatro anos, ou seja, 25% ao ano. Em dois anos temos máquinas ultrapassadas e que não suportam mais o peso dos sistemas operacionais.

O método de depreciação deste sistema, conforme exposto, é simples, procedendo-se da seguinte maneira:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Custo Corrigido menos Valor Residual Estimado}}{\text{Período de Vida Útil}}$$

Fonte: (IUDÍCIBUS; 1995)

b) Método da Soma dos Dígitos dos Anos

Neste caso, teremos uma metodologia que se diferencia sob todos os aspectos do método das quotas constantes. Neste método, o valor da depreciação será maior no início da vida útil do bem. IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE (1995; 316) explicam da seguinte maneira: “Somam-se os algarismos que compõem o número de anos de vida útil do bem.” Por exemplo, se o bem possui cinco anos de vida útil, então:

$$1 + 2 + 3 + 4 + 5 = 15$$

Segundo IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE (1995; 316):

“A depreciação de cada ano é uma fração em que o denominador é a soma dos algarismos, conforme obtido... e o numerador é, para o primeiro ano, (n), para o segundo (n-1), para o terceiro (n-2) e assim por diante, onde n= número de anos de vida útil.”

O método permite que a depreciação equilibre os custos da empresa durante sua vida útil, ou seja, a despesa de depreciação do bem no início será maior, porém, os custos de manutenção serão menores. No final da vida útil do bem, a depreciação será menor e os custos de manutenção maiores.

Talvez o exemplo, já apresentado, dos computadores, seja o melhor de depreciação por este método, vez que sua depreciação ocorre, em maior parte, no início da sua vida útil.

c) Método de Unidades Produzidas

Este método é aplicável em indústrias, visto que faz menção da quantidade produzida pelo bem a ser depreciado, sendo sua fórmula expressa da seguinte maneira:

$$\text{Quota de depreciação anual} = \frac{\text{n}^\circ \text{ Unidades produzidas no ano X}}{\text{n}^\circ \text{ de unidades estimadas a serem produzidas durante a vida útil do bem}}$$

Fonte: (IUDICIBUS; 1995)

d) Método de Horas de Trabalho

Neste método, a fórmula se assemelha ao método de unidades produzidas, só alterando o fator unidades produzidas para horas de trabalho, sendo sua fórmula:

$$\text{Quota de depreciação} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de horas de trabalho no período Y}}{\text{n}^\circ \text{ de horas de trabalho estimada durante a vida útil do bem}}$$

Fonte: (IUDICIBUS; 1995)

No caso do Colégio Exemplo, poderíamos até utilizar este método na sua atividade fim, ou seja, nas mesas e cadeiras dos alunos. Porém, seu benefício será muito ínfimo, pois a empresa trabalha apenas 8 horas diárias, cabendo um estudo mais detalhado deste método, caso houvesse uma carga horária de trabalho superior.

Com o Colégio Exemplo utilizamos, como método de depreciação, o das Quotas Constantes, pois teremos dados comparativos em relação a outras empresas do mesmo ramo

de negócio e até mesmo diferentes, observando que nas notas explicativas das empresas consta o método de depreciação adotado.

A taxa de depreciação usada será a tabela determinada pela Receita Federal, pois, para podermos avaliar qualquer percentual de depreciação de cada tipo de imobilizado, precisaríamos estudos de peritos para determinação da vida útil de cada bem do imobilizado, e não é essa a finalidade do estudo, também para não parecer arbitrário percentuais que fossem diferentes da tabela da Receita Federal.

Do Colégio Exemplo possuímos o Balanço do 31 de dezembro de 1996, e a Demonstração do Resultado do Exercício, no ano de 1996, mostrados nos anexos. Para fazermos uma análise comparativa destas demonstrações contábeis, calculamos a depreciação dos bens do ativo imobilizado para o ano de 1996, considerando que o saldo das contas do ativo imobilizado não tenha tido alterações, desde o início do ano.

Contas do Ativo Imobilizado constantes no Balanço Patrimonial do Colégio Exemplo, em 31 de dezembro de 1996 e as respectivas depreciações:

Conta	Valor	% Deprec.	Valor Deprec.
Terrenos Urbanos	5.029.000,00	0,00	0,00
Terrenos Rurais	60.000,00	0,00	0,00
Imóveis Urbanos	5.670.816,03	4,00	226.832,64
Imóveis Rurais	0,00	4,00	0,00
Infra-Estrutura e Urbanização	32.715,00	10,00	3.271,50
Máquinas Móveis e Utensílios	293.343,68	10,00	29.334,37
Equipamentos de Informática	86.913,00	25,00	21.728,25
Máq. e Equipamentos Agrícolas	42.378,00	20,00	8.475,60
Aparelhos e Instrumentos	1.160.290,00	15,00	174.043,50
Veículos	227.500,00	20,00	45.500,00
Biblioteca	675.345,00	10,00	67.534,50
TOTAL DESPESA DE DEPRECIÇÃO			576.720,36

Como visto, é significativa o valor da depreciação do imobilizado tangível no Colégio Exemplo. Dentro desse cálculo, a depreciação corresponde a 8,04% da receita bruta

da escola, influenciando muito suas demonstrações. A omissão gera informações equivocadas dos resultados operacionais da empresa, tema discutido no capítulo 4 deste trabalho.

Procuramos analisar as questões mais evidentes da falta de depreciação do ativo imobilizado tangível, mesmo porque só este fato analisado já no esclarece toda a discussão sobre o objeto de estudo. Não se trata de uma auditoria para levantar os problemas internos existentes e, sim, uma demonstração dos reflexos econômicos da falta de depreciação do ativo imobilizado tangível dentro do Colégio Exemplo.

A partir das demonstrações contábeis publicadas em 1996 do Colégio Exemplo, apresentadas primeiramente, logo após elaboramos uma nova demonstração do resultado do exercício em 1996 e um novo balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1996 do Colégio Exemplo com os valores da depreciação do ativo imobilizado tangível lançados, como segue:

SOCIEDADE EDUCACIONAL FILANTRÓPICA
COLÉGIO EXEMPLO

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/1996

ATIVO - R\$	1996	%	PASSIVO - R\$	1996	%
ATIVO CIRCULANTE	3.544.125,20	20,92%	PASSIVO CIRCULANTE	779.273,38	4,60%
DISPONIBILIDADES	76.716,95	0,45%	DÉBITOS FUNCIONAMENTO	60.793,47	0,36%
Caixa Geral	298,90	0,00%	Imp. e Contr. a Recolher	51.586,94	0,30%
Bancos Conta Movimento	76.418,05	0,45%	Outras Retenções a Recolher	9.206,53	0,05%
CRÉDITOS FUNCIONAMENTO	3.446.755,07	20,34%	FORNECEDORES	52.580,00	0,31%
Aplic. Fin. a Prazo Fixo	3.081.853,00	18,19%	Fornecedores de Materiais	52.580,00	0,31%
Cheques em Tesouraria	25.560,09	0,15%	CONTAS A PAGAR	97.836,43	0,58%
Mensalidades a Receber	174.304,28	1,03%	Cretores Diversos	97.836,43	0,58%
Adto. a Empregados - Folha	115.661,03	0,68%			
Adto. a Fornecedores	49.376,67	0,29%			
VALORES A RECUPERAR	20.653,18	0,12%	RECEITAS DIFERIDAS	568.063,48	3,35%
Depósitos Judiciais	20.653,18	0,12%	Receitas Antecipadas	568.063,48	3,35%
ATIVO REAL. A LONGO PRAZO	118.400,00	0,70%			
OUTROS CRÉDITOS	100.000,00	0,59%			
Operações c/ Entidades Ligadas	100.000,00	0,59%			
REBANHOS E OUTROS ANIMAIS	18.400,00	0,11%			
Rebanhos e Outros Animais	18.400,00	0,11%			
ATIVO PERMANENTE	13.281.703,48	78,38%			
INVESTIMENTOS	3.402,77	0,02%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.164.955,30	95,40%
Participações	3.402,77	0,02%	PATRIMÔNIO SOCIAL	14.396.002,76	84,96%
IMOBILIZADO	13.278.300,71	78,36%	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	0,00	0,00%
Terrenos Urbanos	5.029.000,00	29,68%	RESERVAS DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%
Terrenos Rurais	60.000,00	0,35%	SUPERAVIT/DEFICIT EXERCICIO	1.768.952,54	10,44%
Imóveis Urbanos	5.670.816,03	33,47%	AJUSTES EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00%
Imóveis Rurais	0,00	0,00%	OP.INTER MANTENED./MANTIDAS	0,00	0,00%
Infra Estrutura e Urbanização	32.715,00	0,19%			
Máquinas Móveis e Utensílios	293.343,68	1,73%			
Equipamentos de Informática	86.913,00	0,51%			
Máq. e Equipamentos Agrícolas	42.378,00	0,25%			
Aparelhos e Instrumentos	1.160.290,00	6,85%			
Veículos	227.500,00	1,34%			
Biblioteca	675.345,00	3,99%			
DIFERIDO	0,00	0,00%			
TOTAL DO ATIVO	16.944.228,68	100,00%	TOTAL DO PASSIVO	16.944.228,68	100,00%

SOCIEDADE EDUCACIONAL FILANTRÓPICA
COLÉGIO EXEMPLO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/1996

1 – RECEITAS OPERACIONAIS	7.173.807,52	100,00%
1.1 Receitas de Ensino	6.850.142,24	95,49%
1.2 Receitas Patrimoniais	283.035,33	3,95%
1.3 Receitas Industriais/Serviços	40.629,95	0,57%
1.4 Subvenções Públicas/Privadas	0,00	0,00%
2 – DEDUÇÕES DAS RECEITAS	650.404,22	9,07%
2.1 Gratuitades	650.404,22	9,07%
3 – RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS (1-2)	6.523.403,30	90,93%
4 – CUSTOS OPERACIONAIS	5.409.273,76	75,40%
4.1 Custos com Pessoal	3.264.172,23	45,50%
4.2 Custos com Materiais	810.793,02	11,30%
4.3 Custos com Serviços	534.077,75	7,44%
4.4 Custos com Patrimônio e Utilidades	439.842,83	6,13%
4.5 Custos Gerais	360.387,93	5,02%
5 – RESULTADO ATIVIDADES (3-4)	1.114.129,54	15,53%
6 – RECEITAS/DESPEAS FINANCEIRAS	583.208,76	8,13%
6.1 Receitas Financeiras	616.511,08	8,59%
6.2 Despesas Financeiras	33.302,32	0,46%
7 – RESULTADO OPERACIONAL (5+6)	1.697.338,30	23,66%
8 – RECEITAS/DESPEAS NÃO OPERACIONAIS	71.614,24	1,00%
8.1 Receitas Não Operacionais	71.907,89	1,00%
8.2 Despesas Não Operacionais	293,65	0,00%
9 – RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00%
10 – RESULTADO LÍQUIDO (7+8+9)	1.768.952,54	24,66%

SOCIEDADE EDUCACIONAL FILANTRÓPICA
COLÉGIO EXEMPLO

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/1996
(Balço Ajustado)

ATIVO - R\$	1996	%	PASSIVO - R\$	1996	%
ATIVO CIRCULANTE	3.544.125,20	21,65%	PASSIVO CIRCULANTE	849.822,35	4,76%
DISPONIBILIDADES	76.716,95	0,47%	DÉBITOS FUNCIONAMENTO	60.793,47	0,37%
Caixa Geral	298,90	0,00%	Imp. e Contr. a Recolher	51.586,94	0,31%
Bancos Conta Movimento	76.418,05	0,47%	Outras Retenções a Recolher	9.206,53	0,05%
CRÉDITOS FUNCIONAMENTO	3.446.755,07	21,06%	FORNECEDORES	123.128,97	0,75%
Aplic. Fin. a Prazo Fixo	3.081.853,00	18,83%	Fornecedores de Materiais	52.580,00	0,32%
Cheques em Tesouraria	25.560,09	0,16%			
Mensalidades a Receber	174.304,28	1,06%			
Adto. a Empregados - Folha	115.661,03	0,71%			
Adto. a Fornecedores	49.376,67	0,30%			
VALORES A RECUPERAR	20.653,18	0,12%	CONTAS A PAGAR	97.836,43	0,60%
Depósitos Judiciais	20.653,18	0,12%	Credores Diversos	97.836,43	0,60%
ATIVO REAL A LONGO PRAZO	118.400,00	0,72%			
OUTROS CRÉDITOS	100.000,00	0,61%	RECEITAS DIFERIDAS	568.063,48	3,47%
Operações c/ Entidades Ligadas	100.000,00	0,61%	Receitas Antecipadas	568.063,48	3,47%
REBANHOS E OUTROS ANIMAIS	18.400,00	0,11%			
Rebanhos e Outros Animais	18.400,00	0,11%			
ATIVO PERMANENTE	12.704.983,12	77,62%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.517.685,97	94,81%
INVESTIMENTOS	3.402,77	0,02%	PATRIMÔNIO SOCIAL	14.396.002,76	87,95%
Participações	3.402,77	0,02%	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	0,00	0,00%
IMOBILIZADO	12.701.580,35	77,60%	RESERVAS DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%
Terrenos Urbanos	5.029.000,00	30,73%	SUPERAVIT/DEFICIT EXERCICIO	1.192.232,18	7,28%
Terrenos Rurais	60.000,00	0,36%	AJUSTES EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00%
Imóveis Urbanos	5.670.816,03	34,64%	OP.INTER MANTENED./MANTIDAS	0,00	0,00%
(-) Deprec. Acumulada	(226.832,64)	1,34%			
Imóveis Rurais	0,00	0,00%			
(-) Deprec. Acumulada	0,00	0,00%			
Infra Estrutura e Urbanização	32.715,00	0,20%			
(-) Deprec. Acumulada	(3.271,50)	0,02%			
Máquinas Móveis e Utensílios	293.343,68	1,79%			
(-) Deprec. Acumulada	(29.334,37)	0,17%			
Equipamentos de Informática	86.913,00	0,53%			
(-) Deprec. Acumulada	(21.728,25)	0,13%			
Máq. e Equipamentos Agrícolas	42.378,00	0,26%			
(-) Deprec. Acumulada	(8.475,60)	0,05%			
Aparelhos e Instrumentos	1.160.290,00	7,09%			
(-) Deprec. Acumulada	(174.043,50)	1,03%			
Veículos	227.500,00	1,39%			
(-) Deprec. Acumulada	(45.500,00)	0,27%			
Biblioteca	675.345,00	4,12%			
(-) Deprec. Acumulada	(67.534,50)	0,39%			
DIFERIDO	0,00	0,00%			
TOTAL DO ATIVO	16.367.508,32	100,00%	TOTAL DO PASSIVO	16.367.508,32	100,00%

SOCIEDADE EDUCACIONAL FILANTRÓPICA

COLÉGIO EXEMPLO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/1996

(DRE Ajustada)

1 – RECEITAS OPERACIONAIS	7.173.807,52	100,00%
1.1 Receitas de Ensino	6.850.142,24	95,49%
1.2 Receitas Patrimoniais	283.035,33	3,95%
1.3 Receitas Industriais/Serviços	40.629,95	0,57%
1.4 Subvenções Públicas/Privadas	0,00	0,00%
2 – DEDUÇÕES DAS RECEITAS	650.404,22	9,07%
2.1 Gratuidades	650.404,22	9,07%
3 – RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS (1-2)	6.523.403,30	90,93%
4 – CUSTOS OPERACIONAIS	5.985.994,12	83,43%
4.1 Custos com Pessoal	3.264.172,23	45,50%
4.2 Custos com Materiais	810.793,02	11,30%
4.3 Custos com Serviços	534.077,75	7,44%
4.4 Custos com Patrimônio e Utilidades	439.842,83	6,13%
4.5 Custos com Depreciação	576.720,36	8,04%
4.6 Custos Gerais	360.387,93	5,02%
5 – RESULTADO ATIVIDADES (3-4)	537.409,18	7,49%
6 – RECEITAS/DESPEAS FINANCEIRAS	583.208,76	8,13%
6.1 Receitas Financeiras	616.511,08	8,59%
6.2 Despesas Financeiras	33.302,32	0,46%
7 – RESULTADO OPERACIONAL (5+6)	1.120.617,94	15,62%
8 – RECEITAS/DESPEAS NÃO OPERACIONAIS	71.614,24	1,00%
8.1 Receitas Não Operacionais	71.907,89	1,00%
8.2 Despesas Não Operacionais	293,65	0,00%
9 – RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00%
10 – RESULTADO LÍQUIDO (7+8+9)	1.192.232,18	16,62%

Na Demonstração do Resultado do Exercício de 1996 (DRE Ajustada) analisamos o aparecimento da despesa com depreciação e a mudança no resultado líquido, pois a

depreciação, sendo um custo ou despesa normal da empresa, passaria a integrar a demonstração normalmente.

No Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 1996 (Balanço Ajustado), fizemos o lançamento da depreciação acumulada no ativo imobilizado e também a variação do total do ativo do balanço.

Conforme a DRE, houve uma variação de 8,04 pontos percentuais nos resultados em relação ao lucro total. Esse índice é muito significativo no que diz respeito ao resultado.

Numa análise, o usuário da informação contábil pode estar achando que um superávit de 24,66%, apresentado no balanço publicado, sobre a receita total é um excelente resultado e lhe dá razões de que a política administrativa da empresa está dando bons resultados. Porém, se a contabilidade lhe fornecesse as informações através das demonstrações contábeis elaboradas com a inclusão da depreciação do ativo imobilizado tangível (Ajustada), notaria que o resultado de 16,62% foi um resultado apenas satisfatório.

Assim como no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 1996 (Balanço Ajustado) que diminui em sua totalidade 3,40% em relação ao balanço publicado, provando assim um valor patrimonial não condizente com a realidade.

Queremos chegar ao ponto em que o resultado possa fazer com que o usuário tome decisões com segurança, em virtude de tomá-las com base em demonstrativos que espelham a verdadeira situação da empresa.

No Colégio Exemplo, que possui uma situação econômico – financeira, em parte, cômoda, a curto prazo talvez não implique em situações delicadas. No entanto, numa empresa em que seus projetos futuros dependem do resultado alcançado no exercício, esse fator pode colocar em risco a situação da empresa e do próprio administrador.

4.3 Vantagens e Desvantagens da apropriação da depreciação em uma entidade educacional sem fins lucrativos

As entidades sem fins lucrativos, assim caracterizado o Colégio Exemplo, possui algumas leis específicas que devem ser seguidas, ou seja, determinadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Uma dessas regras é a destinação de todo o seu resultado

operacional do exercício, no ano seguinte, para manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme art. 30 inciso V do decreto n.º 3039, de 28 de abril de 1999.

A não apropriação da depreciação torna o resultado elevado, fazendo com isso, que a administração do Colégio Exemplo aplique um valor mais alto na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos. Porém, se no ano da aplicação desse resultado acontecer uma baixa no número de alunos, por exemplo, o Colégio Exemplo pode não ter capacidade financeira para arcar com esse custo.

A vantagem de se lançar a depreciação do ativo imobilizado do Colégio Exemplo, no decorrer do tempo, fará com que as demonstrações contábeis fiquem condizente com a realidade, estando dessa maneira, aplicando de forma correta os princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.

Outra vantagem do Colégio Exemplo, é que terá em sua planilha de custos, para apuração do preço de suas mensalidades, dados precisos que lhe darão informações sobre o verdadeiro capacidade econômico-financeira da empresa e também se quiser desconsiderar o valor econômico da depreciação, fazer disso uma estratégia de marketing, ou seja, mostrar o preço das mensalidades mais baixa do que a apresentada na planilha de custos.

5 CONCLUSÃO

As entidades sem fins lucrativos tem um papel muito importante na sociedade, que é o de ajudar o Estado na erradicação dos problemas sociais, tendo em suas ações sempre o caráter filantrópico.

As entidades sem fins lucrativos, enquadrando-se nesta categoria as entidades de fins filantrópicos, são entidades que, por sua natureza, são imunes ao Imposto de Renda, INSS Cota Patronal, entre outros. Porém, são constituídas de personalidade jurídica, com Estatutos Sociais registrados em Cartório e inscritas na Receita Federal (CNPJ) e nas Prefeituras Municipais (Inscrição Municipal).

Essas empresas são equiparadas às demais quanto à organização de sua documentação, ou seja, como determina o Código Comercial, que os exige em ordem cronológica, sem emendas ou rasuras, em livros próprios (Diário), além de serem obrigadas ao levantamento de um Balanço Anual para apuração de seus resultados.

O contador tem um papel muito importante dentro do âmbito dessas empresas, pois a contabilidade deve ser elaborada de acordo com todas as normas contábeis e obedecendo a toda e qualquer regra fiscal, devendo serem evidenciadas em demonstrações representativas da sua realidade.

A falta de depreciação do imobilizado tangível irá proporcionar, aos usuários, informações não condizentes com a realidade da empresa, levando-os a decisões equivocadas, e, também, à própria empresa, fazendo correr riscos de descontinuidade, em

virtude dessa deficiência contábil. Por isso, não existe nenhuma vantagem para o Colégio Exemplo em não depreciar seu ativo imobilizado tangível.

Concluimos, com isso, que é imprescindível a apropriação contábil da depreciação do ativo imobilizado dessas empresas, e que uma boa avaliação dos seus custos trará vantagens não só a instituição, como também, os usuários das informações contábeis e seus clientes.

6. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Guy Almeida. Contabilidade de entidades sem fins lucrativos. In curso sobre temas contábeis – 4. São Paulo: Atlas, 1990.

ARTHUR ANDERSEN e FIPECAFI. Normas e praticas contábeis no Brasil. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ASTI VERA, Armando. Metodologia da pesquisa científica. 8^a ed. São Paulo: Globo, 1989.

BEUREN, Ilse Maria. As informações contábeis em entidades sem fins lucrativos não-governamentais. in Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. n. 116, março/abril 1999. p. 44-51.

BRASIL. Lei n^o 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n^o 750, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (P.F.C.).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n^o 774, de 16 de dezembro de 1994. Aprova o apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n^o 785, de 28 de julho de 1995. Aprova a NBC T 1 – Das características da informação contábil.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n^o 877, de 18 de abril de 2000. Aprova a NBC T 10 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, item NBC T 10.19 – Entidades sem finalidades de Lucros.

- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RIO GRANDE DO SUL. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. Porto Alegre. 2000.
- COSTA, Aloysio Teixeira. Administração de entidades sem fins lucrativos. São Paulo: Nobel, 1992.
- DRUCKER, Peter F. Administração de organizações sem fins lucrativos: Princípio e Práticas. 4ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- FERNANDES, Rubem César. O que é terceiro setor?
http://idac.rits.org.br/oque3/idac_oque3_1.html. Acessado em 22/05/2000.
- GEWANDSZNAJDER, Fernando. O que é método científico. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HUHNE, Leda Miranda. Metodologia científica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1992.
- IUDICIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações. aplicáveis também às demais sociedades. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 1995.
- LANDIM, Leilah. Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa. Instituto de Estudos da Religião, 1993.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Técnica de pesquisa. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1990.
- MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços. Abordagem Básica e Gerencial. 4ª. ed., São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de entidades de fins não lucrativos. Boletim IOB –
Temática Contábil e Balanços. São Paulo, Bol. 12/97, 1997.

MENEGASSO, Maria Ester . O terceiro setor: uma discussão preliminar. UFSC. DSS. S/D.

PAULI, Evaldo. Manual de metodologia científica. São Paulo:
Resenha Universitária, 1976.

RAMOS, Caroline. A contribuição do 3º Setor para o desenvolvimento sustentado. in: Revista
Agitação. São Paulo. n. 25, Nov./Jan. de 1999. p. 30-35

SÁ, A. Lopes de. Princípios fundamentais de contabilidade. São Paulo: Atlas, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 13 ed., São Paulo: Cortez,
1986.